

Política Monetária e Operações de Crédito do SFN

NOTA PARA A IMPRENSA - 27.7.2017

Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp>
Acessado em 28/07/2017 – as 10h15min

I - Operações de crédito do sistema financeiro

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$3.078 bilhões em junho (+0,4% no mês e -1,6% em doze meses). A carteira de pessoas jurídicas, saldo de R\$1.483 bilhões, aumentou 0,3% no mês, enquanto o saldo do crédito a pessoas físicas cresceu 0,5%, alcançando R\$1.595 bilhões. A relação crédito/PIB atingiu 48,2% (+0,2 p.p. no mês), ante 51,1% em junho de 2016.

A carteira com recursos livres totalizou R\$1.532 bilhões (+0,6% no mês e -2,4% em doze meses). O saldo dos empréstimos a pessoas físicas cresceu 0,5% no mês, para R\$818 bilhões, destacando-se o crédito consignado. As operações com empresas totalizaram R\$713 bilhões (+0,8% no mês), sobressaindo o crescimento em desconto de duplicatas e recebíveis.

O crédito direcionado somou R\$1.547 bilhões (+0,2% no mês e -0,9% em doze meses). O saldo dos financiamentos para pessoas físicas cresceu 0,5% no mês, para R\$777 bilhões, destacando-se o crédito imobiliário com taxas reguladas. No segmento corporativo, ocorreu redução de 0,2% no saldo, para R\$769 bilhões, com destaque para a queda nos financiamentos do BNDES, neutralizando o aumento na linha de crédito rural.

Considerados os segmentos de atividade econômica dos tomadores de crédito, destacou-se o aumento das operações com o setor de serviços (+1%, saldo de R\$716 bilhões), com ênfase no comércio (2,1%, R\$257 bilhões). Regionalmente, incluídas as operações acima de R\$1 mil, destacaram-se os aumentos no Nordeste (+0,6%, R\$399 bilhões), Centro-Oeste (+0,6%, R\$335 bilhões) e Sudeste (+0,1%, R\$1.622 bilhões).

Taxas de juros e inadimplência

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que apura o custo médio de todas as operações de crédito ativas, recuou pelo quarto mês consecutivo, alcançando 22,2% (-0,2 p.p. no mês e -0,6 p.p. em doze meses). No mês, o indicador para o crédito livre registrou queda de 0,5 p.p, para 37,1%, após reduções de -0,4 p.p. para famílias, 49,3%, e de -0,6 p.p. para empresas, 24,2%). No crédito direcionado, o ICC alcançou 9% (+0,1 p.p. no mês).

A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro permanece com trajetória de queda desde fevereiro, alcançando 28,8% a.a. em junho (-0,6 p.p. no mês e -3,7 p.p. em doze meses). No crédito livre, o custo médio apresentou declínio de 1,2 p.p. no mês, para 46,1%, enquanto no direcionado, situou-se em 10,2% a.a. (-0,1 p.p. no mês).

No crédito às famílias, a taxa média atingiu 36,4% a.a. (-0,8 p.p. no mês e -5,5 p.p. em doze meses). Nas operações livres, os encargos financeiros situaram-se em 63,3% a.a. (-1,2 p.p. no mês), destacando-se cartão rotativo regular (-28,1 p.p) e crédito pessoal não consignado (-7,6 p.p.). No crédito direcionado, o custo das contratações das famílias declinou 0,5 p.p., para 9,2% a.a., destacando-se os financiamentos imobiliários (-0,7 p.p.).

Nas operações com empresas, a taxa média de juros atingiu 18,7% a.a. (-0,5 p.p. no mês e -2,8 p.p. em doze meses). No segmento livre, a taxa situou-se em 24,8% a.a. (-1,3 p.p. no mês), destacando-se reduções em desconto de duplicatas e recebíveis (-4,1 p.p.) e capital de giro (-1,6 p.p.). No crédito direcionado, a taxa atingiu 11,7% a.a. (+0,4 p.p.), sobressaindo-se a elevação de 0,6 p.p. nos financiamentos para investimentos do BNDES.

O *spread* médio das contratações com recursos livres e direcionados situou-se em 21 p.p. (-0,5 p.p. no mês e -1,6 p.p. em doze meses), com redução mensal tanto nas operações com famílias (-0,7 p.p, para 28,7 p.p.) quanto com empresas (-0,5 p.p., alcançando 10,8 p.p.). O indicador alcançou 36,5 p.p. no crédito livre (-1,2 p.p.) e 4,4 p.p. no direcionado (+0,1 p.p. no mês).

A taxa de inadimplência, correspondente à participação dos saldos com atrasos superiores a noventa dias, recuou de 4% para 3,7% em junho (+0,2 p.p. em doze meses). O nível de atrasos diminuiu 0,2 p.p. no mês nas operações com famílias (3,9%) e 0,4 p.p. no segmento corporativo (3,6%). A inadimplência alcançou 5,6% no crédito livre e 1,9% no direcionado, ambas com redução de 0,3 p.p. em junho.

II - Evolução dos agregados monetários

A média dos saldos diários da base monetária atingiu R\$250,5 bilhões em junho, registrando aumentos de 1% no mês e de 5,9% em doze meses. A variação mensal refletiu as elevações dos saldos das reservas bancárias (4,4%) e do papel-moeda emitido (0,4%).

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, destacaram-se os impactos expansionistas das operações do Tesouro Nacional (R\$18,6 bilhões), e das operações com títulos públicos federais (R\$4,8 bilhões), que resultaram de compras líquidas de R\$75,9 bilhões no mercado secundário e de colocações líquidas de R\$71,1 bilhões no mercado primário.

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) totalizou R\$314,9 bilhões em junho, após acréscimo de 0,8% no mês, correspondente às evoluções positivas de 1% no papel-moeda em poder do público e de 0,4% nos depósitos à vista. Em doze meses, o M1 cresceu 5,3%.

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos de poupança e títulos privados, cresceu 0,8% em junho, ao atingir R\$2,4 trilhões. Esse resultado refletiu as elevações mensais de 1,1% nos depósitos de poupança, cujo saldo totalizou R\$676,4 bilhões, e de 0,4% nos títulos privados, que alcançaram R\$1,4 trilhão. No mês, ocorreram captações líquidas de R\$17 bilhões nos depósitos a prazo e de 6,1 bilhões nos depósitos de poupança.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, somou R\$ 5,5 trilhões, com expansão de 0,5% no mês. O saldo das quotas de fundos de renda fixa avançou 1,2%, situando-se em R\$3 trilhões, enquanto o montante das operações compromissadas com títulos federais recuou 21,5%. O M4, que compreende o M3 e os títulos públicos dos detentores não financeiros, apresentou elevação de 0,6% no mês e de 8,8% nos últimos doze meses, totalizando R\$6,3 trilhões.